

CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA ¹
ESTADO DE SÃO PAULO

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET

PREGÃO PRESENCIAL Nº 138/2013

Processo nº 1960/2013

Data da Sessão Pública: 18/12/2013 com início às 13h00

Razão Social: _____

CNPJ nº _____

Endereço: _____

E-mail: _____

Cidade: _____ Estado: _____ Telefone: _____ Fax: _____

Pessoa para contato: _____

Recebemos, através do acesso à página www.camarapiracicaba.sp.gov.br, nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: _____, ____ de _____ de 2013.

Assinatura

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre esta Câmara de Vereadores de Piracicaba e essa empresa, solicito de Vossa Senhoria preencher o recibo de entrega do edital e remeter ao Setor de Contratos por meio do fax (019) 3403-6529 ou 3403-7009/e-mail: contratos@camarapiracicaba.sp.gov.br.

A não remessa do recibo exime o **Setor de Contratos** da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

Piracicaba, 05 de dezembro de 2013.

Maria Lucia da Silva Rodrigues

Kátia Garcia Mesquita
Pregoeiras Oficiais da Câmara de Vereadores

2

CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA
ESTADO DE SÃO PAULO

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL 138/2013

Data da Sessão Pública: 18/12/2013

Horário de Credenciamento: das 13 às 13h30

Início da Sessão Pública: às 13h30

Processo nº: 1960/2013

OBJETO : AQUISIÇÃO DE CENTRAL PABX, APARELHOS PROP DIGITAL, MÃO DE OBRA, TREINAMENTO AOS USUÁRIOS E PROGRAMAÇÃO

ANEXOS: I – Especificação dos equipamentos;

II – Termo de Referência;

III - Planilha de Preços;

IV - Modelo de Declaração de Fatos Impeditivos

V - Modelo de Declaração de cumprimento das condições de habilitação

VI - Modelo de Procuração.

VII – Modelo de Declaração de aptidão para recebimento dos benefícios da Lei Complementar no. 123/06 e no Decreto Federal nº 6204/2007.

ÍNDICE

ITEM	ASSUNTO
01 -	DO OBJETO
02 -	DA PARTICIPAÇÃO
03 -	DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO
04 -	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS
05 -	DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES
06 -	DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOS LANCES
07 -	DA DOCUMENTAÇÃO
08 -	DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO
09 -	DOS RECURSOS
10 -	DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
11 -	DAS OBRIGAÇÕES DA(S) EMPRESA(S) VENCEDORA(S)
12 -	DAS OBRIGAÇÕES DA CÂMARA
13 -	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
14 -	DA ADJUDICAÇÃO
15 -	DO PAGAMENTO
16 -	DO EMPENHO
17 -	DA ENTREGA E RECEBIMENTO
18 -	DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
19 -	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

3

CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA
ESTADO DE SÃO PAULO

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL 138/2013

Processo nº: 1960/2013

Tipo de Licitação: *MENOR PREÇO GLOBAL*

Data: 18/12/2013

Horário para credenciamento: das 13 às 13h30

Horário de início da Sessão Pública: às 13h30

Local: Sala de reuniões – 2º. Andar do Anexo da Câmara de Vereadores de Piracicaba, situada à Rua São José, no. 547, Centro, Piracicaba, Estado de São Paulo.

De conformidade com determinação do Senhor Presidente da Câmara de Vereadores de Piracicaba, por solicitação do Departamento de TV Câmara, mediante a Pregoeira, designada pelo Ato da Mesa n.º 05/13 de 01 de agosto de 2013, torna público para conhecimento dos interessados, que na data, horário e local acima indicados, fará realizar licitação na Modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo menor preço global, para **AQUISIÇÃO DE CENTRAL PABX, APARELHOS PROP DIGITAL, MÃO DE OBRA, TREINAMENTO AOS USUÁRIOS E PROGRAMAÇÃO**, conforme o Termo de Referência, nas condições estabelecidas neste Edital e nos seus Anexos.

O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, publicada no D.O.U. de 18 de julho de 2002 e a Resolução nº 08/05, de 05 de setembro de 2005, aplicando-se, subsidiariamente as normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, bem como a Lei Complementar n.º 123/06, que trata das micros e pequenas empresas.

1 - DO OBJETO

1.1. AQUISIÇÃO DE CENTRAL PABX, APARELHOS PROP DIGITAL, MÃO DE OBRA, TREINAMENTO AOS USUÁRIOS E PROGRAMAÇÃO, para a Câmara de Vereadores de Piracicaba, conforme especificações constantes do ANEXO I desse Edital.

2 - DA PARTICIPAÇÃO

2.1 - Poderão participar deste Pregão as licitantes que:

2.1.1 – desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA ⁴

ESTADO DE SÃO PAULO

2.1.2 – atenderem às exigências constantes neste Edital e nos seus anexos, inclusive quanto à documentação requerida.

2.2 - Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

2.2.1 - Concordatárias ou em processo de recuperação judicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

2.2.2 - Que estejam com o direito suspenso de licitar e contratar com a Câmara de Vereadores de Piracicaba, ou que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

2.2.3 - Que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição;

3 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1 - O proponente deverá se apresentar para credenciamento junto a Pregoeira por um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente.

3.1.1 - Os documentos de credenciamento e a declaração de atendimento às exigências de habilitação (constante do item 3.3) deverão estar fora dos ENVELOPES A (PROPOSTAS) e B (DOCUMENTAÇÃO) e entregues a Pregoeira no horário estipulado para o credenciamento que será das 13h00 ÀS 13H30;

3.2 - O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular com firma reconhecida, ou xérox autenticada, com amplos poderes para praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social (autenticada pelo registro competente ou o documento original para autenticação), no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

3.3 - O credenciamento deverá estar acompanhado de declaração do proponente, dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, conforme dispõe o artigo 4º, inciso VII, da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002.

3.4. *Declaração, no caso de microempresas e empresa de pequeno porte, de que cumprem os requisitos legais necessários para a obtenção do*

5

CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA
ESTADO DE SÃO PAULO

tratamento favorecido, com base nas condições estabelecidas no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e no Decreto Federal nº 6204/2007. (Modelo constante no Anexo VII).

3.5 - Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma empresa.

3.6 - O credenciamento é a condição obrigatória para a participação dos licitantes, na fase de lances neste PREGÃO PRESENCIAL, devendo o mesmo ser entregue a Pregoeira no horário estipulado para o credenciamento que será das 13h00 às 09h30, não podendo estar dentro dos envelopes A e B.

3.7 - A ausência do credenciamento do representante da licitante acarretará em impedimento do mesmo em dar lances, salvo autorização expressa da Pregoeira.

4 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1 - A Proposta de Preços e os documentos que a instruírem, deverão ser apresentados no local, dia e hora determinados, em 2 (dois) envelopes, devidamente fechados e rubricados no fecho, contendo em suas partes externas, em caracteres destacados, os dizeres:

a) Envelope A: Proposta de Preços

b) Envelope B: Documentos de Habilitação, composto pelos Documentos de Habilitação exigidos no item 7 deste Edital.

ENVELOPE A
CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA
PREGÃO PRESENCIAL 138/2013
DATA: 18/12/2013
PROPOSTA DE PREÇOS
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE
CNPJ Nº

ENVELOPE B
CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA
PREGÃO PRESENCIAL 138/2013
DATA: 18/12/2013
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE
CNPJ Nº

6

CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA
ESTADO DE SÃO PAULO

4.2 - Na Proposta de Preços, deverá:

4.2.1. Constar 01 (uma) via, impressa ou datilografada, redigidas com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricada todas as folhas pelo representante legal do licitante proponente (ANEXO III);

4.2.2. Indicar nome ou razão social do proponente, número do CNPJ, endereço completo, telefone, fax, banco, agência, conta, responsável com CPF e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver e demais informações conforme (Anexo III) – Planilha de Preços;

4.2.3. *Constar a discriminação detalhada do item, unidade, quantidade, marca, modelo, valor unitário, valor total, prazo de garantia, em moeda corrente nacional e neles estando inclusas todas e quaisquer despesas, tais como, transportes, entrega, encargos sociais, seguros, tributos diretos e indiretos incidentes sobre o fornecimento do objeto, bem como o valor da mão de obra, treinamento e programação.*

4.2.4. Prazo de entrega e instalação dos equipamentos: A entrega deverá ser feita no prazo máximo de até 30 (trinta) dias após a notificação de homologação e o treinamento e programação imediatamente após a instalação.

4.2.5.1. **Garantia dos equipamentos e instalação é de 12 meses;**

4.2.6. Validade da Proposta: não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação;

4.2.7. Condições de Pagamento: em 15 (quinze) dias corridos contados após o recebimento das peças e componentes juntamente com a Nota Fiscal Fatura;

4.2.8. Os itens deverão ser ofertados em sua totalidade, não sendo admitida proposta parcial.

4.2.9. Constar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;

4.2.10. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer

CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA ⁷

ESTADO DE SÃO PAULO

título, devendo os peças e componentes serem fornecidos na Câmara de Vereadores de Piracicaba sem ônus adicionais;

4.2.11. Deverá acompanhar a **Proposta de Preço**, dentro do Envelope (A) o **ATESTADO DE VISTORIA (Anexo VIII)**, emitido pelo **Departamento Administrativo/Financeiro - Manutenção**.

4.2.11.1 As vistorias deverão ser agendadas com antecedência pelo número (19) 3403.6547/ 3403.6548, Setor Manutenção.

4.2.11.2. As vistorias deverão ser feitas até às 17:00 do dia anterior a data do Pregão.

4.2.12. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os peças e componentes serem fornecidos na Câmara de Vereadores de Piracicaba sem ônus adicionais;

4.2.13. Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento. Exceto, quando as omissões forem puramente formais, que não venham contrariar o interesse público e não prejudiquem o princípio da vinculação ao instrumento convocatório;

4.2.14. A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e nos seus Anexos;

4.2.15. A pregoeira poderá, caso julgue necessário, solicitar maiores esclarecimentos sobre a composição dos preços propostos;

4.2.16. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira;

4.2.17. Cada licitante somente poderá apresentar uma proposta escrita. Verificado que qualquer licitante, por intermédio de interposta pessoa, física ou jurídica, apresentou mais de uma proposta, todas serão excluídas, sujeitando-se os licitantes eliminados às sanções cabíveis.

5 – DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

5.1 - A reunião para recebimento e para abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preços de interesse do licitante e os documentos que a instruírem, será pública, dirigida por uma Pregoeira e realizada de acordo com a Resolução

8

CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA
ESTADO DE SÃO PAULO

08/05, e em conformidade com este Edital e seus Anexos, no local e horário já determinado.

5.2 - No local e hora marcados, antes do início da sessão, os interessados ou os representantes legais deverão comprovar, por meio de instrumento próprio, se for o caso, que possuem os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, conforme item 3 deste Edital.

5.3 - Declarada aberta à sessão pela Pregoeira, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes.

5.4 - Serão abertos os envelopes contendo as PROPOSTAS DE PREÇOS, sendo feita a sua conferência e posterior rubrica.

5.5 - Não havendo tempo suficiente para a abertura dos envelopes "**Proposta**" e "**Documentação**" em uma única sessão, em face do exame da **proposta/documentação** com os requisitos do **edital**, ou, ainda, os trabalhos, tais como: (**etapa competitiva de lances verbais**) não puderem ser concluídos e/ou surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato, os motivos serão consignados em ata e a continuação dar-se-á em sessão a ser convocada posteriormente.

5.5.1 - A interrupção dos trabalhos de que trata o item 5.5, dar-se-á, em qualquer hipótese, após comunicação aos licitantes presentes;

5.5.2 - Os envelopes não abertos, já rubricados no fecho, obrigatoriamente, pela Pregoeira e pelos representantes legais das licitantes presentes, ficarão em poder da Pregoeira e sob sua guarda até nova reunião oportunamente marcada para prosseguimento dos trabalhos.

6 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOS LANCES

6.1 – O julgamento da proposta será efetuado por **MENOR PREÇO GLOBAL**. A Pregoeira classificará a licitante que apresentar proposta com menor preço e as demais licitantes que apresentarem propostas com preços até **10%** (dez por cento) superior àquela de menor preço.

6.1.1 – Caso não seja verificado, no mínimo, **3** (três) propostas escritas nas condições do item 6.1, serão classificadas as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de três propostas.

6.1.2 - No caso de empate das propostas, as empresas serão classificadas e o início dos lances se dará por sorteio.

CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA ⁹

ESTADO DE SÃO PAULO

6.2 – Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

6.2.1 – Os Lances deverão ser formulados a partir da menor proposta apresentada tomando-se por base o **“menor preço global”** constante do **Anexo III**, parte integrante deste Edital.

6.3 - Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no item 13 deste Edital.

6.4 - A pregoeira convidará individualmente as licitantes classificadas, de forma seqüencial, a apresentarem lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

6.5 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela pregoeira, implicará exclusão da licitante da etapa competitiva de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.

6.6 - Caso não se realize lance verbal, será verificado a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

6.7 - Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, a pregoeira aplicará os dispositivos da Lei Complementar n.º 123/06 que trata das micros e pequenas empresas e examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

6.8 - Para fins de julgamento das propostas, a Pregoeira e sua Equipe de Apoio levarão em conta o critério de *menor preço (sendo vencedor aquele que apresentar, após os procedimentos previstos neste Edital, o menor preço sobre a menor proposta formulada após a fase de formulação dos lances, na forma da planilha do Anexo III).*

6.9 – A Pregoeira poderá estipular o valor mínimo de lance e o intervalo máximo de tempo entre os lances, desde que acordado com os participantes.

6.10 - Caso a proposta de menor preço não seja aceitável, será desclassificada e a Pregoeira examinará as ofertas subseqüentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta válida.

6.11 – Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências deste Edital, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, ou ainda as manifestamente inexecutáveis, comparadas aos preços de mercado.

10

CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA
ESTADO DE SÃO PAULO

6.12 – No caso de desclassificação de todas as propostas apresentadas, a Pregoeira convocará todas as licitantes para, no prazo de 3 (três) dias úteis, apresentarem novas propostas escoimadas das causas de sua desclassificação.

6.13 - Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital e nos seus Anexos.

6.14 - Nas situações previstas nos itens 6.6 e 6.7, a pregoeira poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido o preço melhor.

6.15 - Da reunião lavrar-se-á ata, com o registro das ocorrências relevantes, a qual será, obrigatoriamente, assinada pela Pregoeira, pela equipe de apoio e pelo licitante vencedor.

7 - DA DOCUMENTAÇÃO

7.1 - O Envelope “B” (DOCUMENTAÇÃO), deverá conter:

7.1.1. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. No caso de empresa individual, a licitante deverá apresentar o Comprovante de Registro Comercial;

7.1.2. Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova do registro de Ata de eleição da diretoria em exercício (Registro Civil das Pessoas Jurídicas);

7.1.3. Os documentos relacionados nos subitens 7.1.1 a 7.1.2. não precisarão constar do Envelope B - Documentos de Habilitação, se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

7.1.4. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) em caso de ser pessoa física .

7.1.5. Prova de Regularidade FGTS, dentro de seu prazo de validade para comprovação de situação regular, em cumprimento ao instituído por Lei.

7.1.6. CND do INSS através de certificado ainda dentro do prazo de validade ou obtida via internet utilizando-se <http://www010.dataprev.gov.br/cws/contexto/cnd/cnd.html> com prazo de validade de 60 (sessenta) dias.

7.1.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT

CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA ¹¹

ESTADO DE SÃO PAULO

7.1.8. Declaração do proponente, observadas as penalidades cabíveis, de inexistência de fato que possa impedir a sua habilitação neste certame, ciente da obrigatoriedade de comunicar, na vigência qualquer fato superveniente.

7.2. Após a análise da documentação, os Membros da Equipe de Apoio e a Pregoeira rubricarão todas as folhas e demais documentos que integram o dossiê apresentado.

7.3. Disposições Gerais da Habilitação

7.3.1. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

7.3.2. Se a licitante desatender às exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame.

7.3.3. Os documentos constantes do Envelope de Habilitação, bem como os que acompanham a proposta, deverão estar com prazo vigente e poderão ser apresentados no original, ou em cópia autenticada por cartório competente, sendo aceitas também publicações de órgão da imprensa oficial. Ainda poderá a proponente apresentar cópia simples desses documentos dentro do envelope, desde que seus originais sejam apresentados a Pregoeira no ato de abertura do Envelope B, para devida autenticação, hipótese em que os originais serão devolvidos aos interessados.

7.3.4. Os documentos apresentados com a validade expirada acarretarão a inabilitação do proponente. Os documentos que não possuem prazo de validade, somente serão aceitos com data não excedente a 06 (seis) meses de antecedência da data prevista para apresentação das propostas.

7.3.5. Fica facultado à Administração, no Ato da contratação, consultar os sites do MPAS - Ministério da Previdência e Assistência Social (www.mpas.gov.br) e da Caixa Econômica Federal (www.caixa.gov.br), para fins de obtenção das certidões correspondentes atualizadas. Após verificação a Câmara de Vereadores de Piracicaba, deverá certificar a autenticidade dos documentos emitidos/apresentados, mediante declaração neste sentido, devidamente assinada.

8 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA ¹²

ESTADO DE SÃO PAULO

8.1 - Até **02** (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão Presencial.

8.1.1 - Caberá a pregoeira decidir sobre a petição no prazo estipulado em lei.

8.1.2 - Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

9 - DOS RECURSOS

9.1 - Declarado o vencedor, qualquer Licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, que deverão ser dirigidas à Pregoeira, (Setor de Protocolo Central/Subsolo) sito à Rua Alferes José Caetano, 834 - Centro, Piracicaba, Estado de São Paulo, ficando os demais Licitantes desde logo intimados para apresentar as contra-razões, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.2 - A falta de manifestação, imediata e motivada do Licitante importará em decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pela Pregoeira ao vencedor.

9.3 - Qualquer recurso e impugnação contra a decisão da Pregoeira, será processado conforme previsão legal.

9.4 - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.5 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Setor de Contratos da Câmara de Vereadores de Piracicaba, situada a Rua Alferes José Caetano, 834 - Piracicaba, Estado de São Paulo, em dias úteis, no horário de 8h00 às 11h00 e das 12h00 às 17h00. Não serão reconhecidos os recursos interpostos, enviados por fax ou via e-mail e vencidos os respectivos prazos legais.

10 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 - As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta da dotação orçamentária no. 01.031.0001.2.325 / 4.4.90.52 Equipamentos e materiais permanentes, para consumo: 01.031.0001.2.325 339030 e para prestação de serviços: 01.031.0001.2.325 339039 constantes para o exercício de 2013.

11 - DAS OBRIGAÇÕES DA(S) EMPRESA(S) VENCEDORA(S)

11.1 – A Contratada obriga-se a cumprir as obrigações constantes deste Edital, as relacionadas no item 07 do Termo de Referência, sem prejuízo das decorrentes das normas, dos anexos e da natureza da atividade.

12 - RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

12.1 - A Contratante obriga-se a cumprir as obrigações relacionadas no **item 08** do Termo de Referência, sem prejuízo das decorrentes das normas, dos anexos e da natureza da atividade.

13 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão Presencial, a Câmara de Vereadores de Piracicaba poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às licitantes vencedoras as seguintes sanções:

I – advertência;

II - multa de **0,5% (zero vírgula cinco por cento)** por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido no edital, até o máximo de **15%** (quinze por cento) sobre o valor dos equipamentos não entregues, recolhida no prazo máximo de **15** (quinze) dias corridos, após a comunicação oficial;

III - multa de **20% (vinte por cento)** sobre o valor dos equipamentos não entregues, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de **15** (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao contratante pela não execução parcial ou total do contrato;

13.2 - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até **05** (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa, enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a Vencedora que ensejar o retardamento da execução do objeto desta compra, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da compra, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

13.3 - As sanções previstas nos incisos I e subitem 13.1 deste item poderão ser aplicados juntamente com as dos incisos “II” e “III”, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de **05** (cinco) dias úteis;

CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA ¹⁴

ESTADO DE SÃO PAULO

13.4 - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, (quando for o caso), além da perda desta, responderá a empresa Vencedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente;

13.5 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas na Câmara de Vereadores de Piracicaba, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

14 – DA ADJUDICAÇÃO

14.1 - Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a(s) licitante(s) será (ao) declarada(s) vencedora(s), sendo-lhe (s) adjudicado o objeto do certame.

15 - DO PAGAMENTO

15.1 - Os pagamentos serão efetuados após a respectiva entrega dos equipamentos, acompanhado de Nota Fiscal/Fatura discriminada de acordo com a Nota de Empenho, após conferência dos equipamentos por um funcionário a ser indicado pelo Departamento Administrativo e Financeiro desta Casa de Leis.

15.2 - O pagamento será creditado em favor do Fornecedor, por meio de ordem bancária, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá até **15** (quinze) dias corridos após a entrega dos equipamentos, mediante a aceitação e atesto das Notas Fiscais/Faturas;

15.3 - Poderá ser procedida consulta "ONLINE" junto aos órgãos correspondentes antes do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR, para verificação da situação do mesmo, relativamente às condições de habilitação exigidas no Pregão, cujos resultados serão impressos e juntados aos autos do processo próprio;

15.4 - Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Câmara de Vereadores de Piracicaba em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente, ou judicialmente, se necessário;

15.5 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela Câmara de Vereadores de Piracicaba, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, será calculada com base no INPC/IBGE, conforme legislação pertinente.

15

CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA
ESTADO DE SÃO PAULO

16 - DO EMPENHO

16.1 - A Nota de Empenho da despesa terá força de contrato, conforme prevê o art. 62, da Lei nº 8.666/93.

17 – DA ENTREGA E RECEBIMENTO

17.1 - A empresa vencedora do Pregão deverá entregar os equipamentos na Câmara de Vereadores de Piracicaba, situada à Rua Alferes José Caetano, nº 834, neste Município de Piracicaba, Estado de São Paulo e deverá cumprir as seguintes condições:

17.1.1 – O prazo de entrega e instalação dos equipamentos será de até 30 (trinta) dias a partir da data de recebimento da notificação da homologação do processo licitatório.

17.1.2 - O recebimento que trata o item acima, far-se-á mediante recibo;

17.1.3 - Dar prioridade aos pedidos da Câmara de Vereadores, tendo em vista problemas que possam surgir, como falta dos equipamentos;

17.1.4 - No caso dos equipamentos serem entregues em desacordo aos itens acima ou a instalação estiver em desacordo, o mesmo será devolvido e deverá ser substituídos imediatamente por outro conforme especificado;

17.1.5 - Entregar os equipamentos somente com ordem de fornecimento a ser comunicado pelo Departamento Administrativo e Financeiro da Câmara de Vereadores de Piracicaba num prazo de entrega a ser estabelecido pelo mesmo Departamento.

18 – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1 – A entrega dos equipamentos será acompanhada e fiscalizada pelo servidor designado para este fim, representando a Câmara de Vereadores de Piracicaba.

18.2 – O representante anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento do equipamento, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

18.3 – As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

19 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 - Fica assegurada a Câmara de Vereadores de Piracicaba, o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

19.2 – A Pregoeira e sua Equipe de Apoio, no interesse público, poderão relevar omissões puramente formais, desde que não venha a prejudicar o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

19.3 – Será(ão) lavrada(s) ata(s) do(s) trabalho(s) desenvolvido(s) em ato público de abertura dos envelopes, a(s) qual(is) será(ão) assinada(s) pela Pregoeira, Equipe de Apoio e licitante(s) vencedor(es).

19.4 - É facultado à licitante formular protestos consignando em atas dos trabalhos, para prevenir responsabilidade, prover a conservação ou ressalva de seus direitos ou para simplesmente manifestar qualquer intenção de modo formal.

19.5 - É facultada a Pregoeira ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

19.6 – A licitação não implica proposta de contrato por parte da Câmara de Vereadores de Piracicaba. Até a entrega da Nota de Empenho, poderá a licitante vencedora ser excluída da licitação, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se a Câmara de Vereadores, através da Pregoeira e Equipe de Apoio tiver conhecimento de qualquer fato ou circunstância superveniente, anterior ou posterior ao julgamento desta licitação, que desabone sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa.

19.7 - Não serão conhecidos os pedidos de esclarecimentos ou impugnações, vencidos os respectivos prazos legais.

19.8 - Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Câmara de Vereadores não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.9 - Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

19.10 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será

17

CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA
ESTADO DE SÃO PAULO

automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da Pregoeira em contrário.

19.11 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Câmara de Vereadores.

19.12 - O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

19.13 - As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

19.14 - A apresentação da proposta implicará pleno conhecimento e aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos (Termo de Referência, e demais Anexos).

19.15 - Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos, deverá ser encaminhado, por escrito, a Pregoeira, no Setor de Contratos (Subsolo) da Câmara de Vereadores de Piracicaba, situada à Rua Alferes José Caetano, 834 - Centro, Piracicaba / Estado de São Paulo, ou por meio do Fax: (019) 34036529 / 34037009.

19.15.1 - As dúvidas a serem dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal.

19.16 - As decisões da Pregoeira serão comunicadas mediante publicação no Diário Oficial do Município de Piracicaba, ou na página da Câmara (www.camarapiracicaba.sp.gov.br), pelo menos por 01 (um) dia, salvo com referência àquelas que, lavradas em ata, puderem ser feitas diretamente aos representantes legais das licitantes presentes ao evento, ou, ainda, por intermédio de ofício, desde que comprovado o seu recebimento, principalmente, quanto ao resultado de:

- a) - julgamento deste **Pregão**;
- b) - recurso porventura interposto.

19.16.1 - O esclarecimento de dúvidas a respeito de condições do edital e de outros assuntos relacionados a presente licitação poderão ser divulgados mediante publicação de notas na página no endereço

18

CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA
ESTADO DE SÃO PAULO

www.camarapiracicaba.sp.gov.br, opção “Licitações”, ficando facultado às licitantes acessar a página para a obtenção das informações prestadas pela **Pregoeira**.

19.17 - Cópias do Pregão Presencial e dos seus anexos serão fornecidos **gratuitamente pela internet** (www.camarapiracicaba.sp.gov.br), ou poderão ser retirados no Setor de Contratos (Subsolo) da Câmara de Vereadores, nos dias úteis no horário das 08h00 às 11h00 e das 12h00 às 17h00, sendo que demais informações poderão ser obtidas através do fone/fax: (19) 3403-6529 ou 34037009.

19.18 - Os envelopes “**Documentação e Proposta**”, não abertos serão entregues aos licitantes após o encerramento do Pregão.

19.19 - Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no montante de até **25%** (vinte e cinco por cento) do valor inicial Contratado.

19.20 - Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes na Lei nº 10.520/02, Resolução nº 08/05, e na Lei nº 8666/93 e suas alterações.

19.21 – As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, poderão ser processadas e julgadas no Foro da Comarca de Piracicaba, com exclusão de qualquer outro.

Piracicaba, 05 de dezembro de 2013.

Maria Lucia da Silva Rodrigues

Kátia Garcia Mesquita
Pregoeiras Oficiais da Câmara de Vereadores

CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA
ESTADO DE SÃO PAULO

19

PREGÃO PRESENCIAL Nº 138/2013

ANEXO I

DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇO OBJETO DESTE EDITAL

Lote	Qtde	Unid.	Descrição
1	1	UN	CENTRAL PABX
CENTRAL PABX			
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS			
LOCALIDADE: 1			
1. Central Telefônica			
A Central telefônica CPCT CPA-T deverá estar equipada na seguinte capacidade mínima:			
Portas para ramais analógicos;			
Portas para ramais digitais;			
Portas para ramais IP para unidades remotas;			
Portas para troncos analógicos bidirecionais;			
Portas para troncos digitais, em feixe 2Mbits – Conexão operadoras;			
Links PCM 30 canais para conexão com CPCT CPA-T – interligação com PABX remotos via fibra ótica;			
Aparelhos telefônicos analógicos multifrequenciais;			
Aparelhos telefônicos digitais, conforme item 3.1;			
Aparelhos telefônicos IP, conforme item 3.2;			
Mesa telefonista, conforme item 3.5;			
Fones de cabeça para Telefone digital conforme item 3.3			
Fones de cabeça para Mesa Telefonista, conforme item 3.3			
Bases discadoras analógicas com fone de cabeça incorporado, conforme item 3.4			
Sistema de suprimento de energia elétrica conforme item 4;			
Modem externo para manutenção remota;			
Material de montagem do lado da central Telefônica;			
E ainda deverão ser fornecidos os seguintes sistemas:			
01 Sistema único de tarifação e bilhetagem em rede conforme item 5;			
01 Módulo para conexão do PABX ao sistema de anúncio de som ambiente;			
01 Sistema de Atendimento Digital Automático, conforme item 6;			
01 Treinamento específico para PABX proposto, com certificado de conclusão de curso.			
2. Disposições Gerais			
2.1. Fazem parte da presente especificação, no que forem aplicáveis, as normas dos fabricantes, bem como as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas			

(ABNT) bem como o equipamento deve estar devidamente homologado junto a ANATEL. Os equipamentos e serviços deverão atender obrigatoriamente a presente especificação.

2.2. Todos os equipamentos a serem fornecidos devem ser necessariamente novos.

2.3. Deverá apresentar arquitetura modular de forma que não haja bloqueio na comunicação dos diferentes módulos. Os módulos de periferia e comando na central ofertada deverão ser exclusivos para esta função, não sendo aceita soluções que utilizem módulos baseados em placas de terceiros ou baseados em plataforma de PC mesmo que utilizem placas próprias.

2.4. Será aceito a subcontratação para serviços de operação assistida, durante o período de contrato, ficando a CONTRATADA responsável pelo fiel cumprimento das obrigações relativas à garantia de funcionamento do sistema.

Especificação Técnica da Central Telefônica

2.5. Deverá comportar capacidade final de no mínimo 1.100 (somatório do número de ramais analógicos, ramais digitais, ramais IP, troncos analógicos, troncos digitais e troncos IP). Esta capacidade deve ser atingida pelo simples acréscimo de gabinetes e bastidores, módulos e cartões, para qualquer um dos módulos, não sendo admitidas ampliações baseadas na substituição dos equipamentos inicialmente fornecidos e nem acoplamentos de várias centrais, ou seja, deve existir um único módulo central de processamento para sua capacidade inicial e final. (02 - E1 (Linhas Digitais) / 16 - Troncos Analógicos / 192 - Ramais Comuns / 32- Ramais Digitais / Manutenção Remota / Atualização SOMA Full para Soma Gestão IP / Sistema Correio Voz com Placa Lan 04 Canais / atendimento digital gravação./ 02 - Kit de bateria / 23 - Aparelhos Prop. Digital (8CO, 1 Linha, Viva-Voz, DxDP, Fone Ouvido) compatível com a central PABX / nas cores grafite ou branca / 03- Aparelhos Prop. Digital (24CO, 3 Linhas, Viva-Voz, DxDP, Fone Ouvido) compatível com a central PABX, nas cores grafite ou branca).

2.6. Suportar protocolo CSTA ou TAPI para integração CTI (Computer and Telephone Integration).

2.7. O sistema deverá suportar para o entroncamento as seguintes sinalizações:

- MFC R2 Digital;
- ISDN (RDSI) PRI e BRI;
- E+M analógico;
- Troco Analógico;
- QSIG (ETSI);
- SIP.

2.8. Deverá permitir a facilidade (DDR), sem o uso de "hardware" externo adicional.

2.9. Deverá obedecer ao que estabeleçam as Práticas TELEBRÁS 220-600-705

Emissão 3 (Especificações gerais – Centrais Privadas de Comutação Telefônica CPCT Tipo PABX CPA), no que diz respeito às características funcionais básicas e às características técnico-operacionais, e 220-600-726 Emissão 1 (Especificações de requisitos Mínimos de CPCT-RDSI), e aos demais normativos citados no texto que se segue, no que forem aplicáveis.

2.10. Deverá empregar tecnologia digital conforme Prática TELEBRÁS 225-100-706.

2.11. Deverá permitir a implementação dos novos serviços e a compatibilização com as facilidades da RDSI, por simples ampliação ou complementação do “hardware” e/ou “software”, sem necessidade de substituição dos equipamentos já instalados.

2.12. Deverá suportar gerenciamento e administração através de terminais locais e de forma centralizada utilizando-se acessos discados a rede LAN/WAN.

2.13. A inserção de cartões ou módulos necessários a eventuais reconfigurações ou expansões, deve ser processado sem interrupção do funcionamento da central.

2.14. Deve ser possível a inserção ou a extração de qualquer cartão ou módulo com equipamento em funcionamento normal sem que isso possa causar danos ou falhas devido a transitórios da alimentação.

2.15. A eventual inserção de um cartão ou módulo em um “slot” que não lhe seja correspondente não deverá causar danos àqueles componentes ou a central.

2.16. Permitir música de espera para chamadas retidas pelo operador, e quando em processo de consulta e transferência entre ramais deverá ser fornecida no mínimo um módulo de música sintetizada a cada sistema.

2.17. O sistema deve possuir memória de massa não volátil ou volátil, para recarga automática do sistema, quando necessário.

2.18. Deve garantir sigilo absoluto nas comunicações através de seus circuitos.

2.19. Deverá possuir interface de ramais analógicos (a/b) e interfaces de ramais digitais 2B+D através de um único par de fios.

2.20. A interface de ramal analógico (a/b) deverá permitir a utilização de telefone analógico padrão, através da seleção DTMF e do pulso de seleção, incluindo do fax grupo 3, secretárias eletrônicas, telefones sem fio.

2.21. Deve possibilitar a utilização indistinta de aparelhos telefônicos decádicos ou multifrequenciais, sendo que todas as facilidades do sistema, exceto aquelas específicas para aparelhos digitais e IPs, devem ser acessadas por qualquer tipo de aparelho telefônico, decádico ou multifrequencial.

2.22. Deve possibilitar o uso de rotas analógicas ou digitais. Deverá ser possível, para todos os troncos e interligações, a utilização de feixe de tronco/rota alternativa, caso a rota principal esteja congestionada.

2.23. Deverá ter implementada a característica de seleção e acesso a Rota de Menor Custo ("LCR – Least Cost Route"). Entende-se por Rota de Menor Custo a capacidade do sistema de permitir/bloquear o acesso de cada usuário às rotas principais/alternativas, bem como estabelecer prioridade na ocupação de rotas. Tal como prioridade/permissão de acesso pode variar de usuário para usuário e também modificar-se ao longo do dia, ou ao longo da semana.

2.24. Deve ter capacidade de processamento de 32 Bits, ou seja, a Unidade Central de Processamento (CPU) deve possuir processador de 32 Bits.

2.25. Deverá possuir padrão 10/100 BaseTX, que possibilite a bilhetagem, manutenção e administração.

2.26. A solução proposta deverá permitir a interligação entre centrais, através do protocolo IP, compartilhando infra-estrutura de transmissão de dados, sem a necessidade de hardware específico para protocolos de voz (como E1, E&M, ISDN...) nos equipamentos ativos da rede de dados.

2.27. Deverão possibilitar a utilização de troncos analógicos bidirecionais – troncos executivos – com numeração diferenciada, tais que, as chamadas a eles dirigidas sejam automaticamente encaminhadas a ramais específicos.

2.28. Deverá prover todo o leque de facilidades específicas abaixo, sem que o acréscimo de facilidades venha provocar qualquer prejuízo ao desempenho da central Telefônica.

FACILIDADES DOS RAMAIS

2.29. Sistema de numeração: deverá possuir plano de numeração flexível, com possibilidade de programação de pelo menos 4 (quatro) dígitos.

2.30. Identificação de chamadas: deverá permitir a realização da identificação de chamadas internas e externas do tipo BINA (B identifica A) em ramais analógicos e digitais. Caso não tenha suporte à identificação de chamadas em ramais analógicos, deverão ser fornecidos ramais digitais ou IPs e telefone digitais ou IPs com display.

2.31. Fonte de música: Deverá possuir entrada para fonte de música ou de mensagens institucionais em espera.

2.32. Serviço de conferência: Deverá possuir o serviço de conferência através de terminais digitais, IP ou analógicos, para no mínimo 5 grupos de até 6 usuários por grupo.

2.33. Sala de conferência: deverá possibilitar Conferência Programada para até 32 participantes onde é possível participar de uma conferência planejada: no horário e com senhas pré-determinadas para cada participante entrar na sala de conferência. Conferência para até 28 participantes gerenciada por um líder: através de um telefone digital ou IP, o líder convoca até 31 participantes. Ambas as facilidades não deverão

necessitar de hardware externo.

2.34. Serviço noturno: Deverá permitir a programação do serviço noturno, de forma que as chamadas externas, encaminhadas as operadoras ausentes, sejam automaticamente dirigidas a um ramal ou grupos de ramal pré-determinados.

2.35. Bloqueio de chamadas: Deverá ter facilidade para bloqueio de chamada a cobrar por ramal. A implementação da facilidade deverá ser por programação da central, sem uso de "hardware" adicional.

2.36. Categorização de ramais por tipo: Deverá possuir no mínimo as seguintes classes de categorização de ramais:

- Restrito: Nesta categoria, os assinantes poderão apenas efetuar chamadas entre os ramais da central. Será impedido, para este ramal, o acesso ao tráfego externo, exceto por transferência ou operação de telefonista ou operadora.
- Impedido de acesso ao tráfego DDD, DDI e celular: Compreendem os ramais que permitem acesso apenas a telefones do sistema fixo de comutação. A estes usuários não é permitido o acesso a chamadas de telefones celulares.
- Impedido de acesso ao tráfego DDD e DDI: Esta categorização irá permitir a estes ramais os acessos apenas às chamadas locais, incluindo os telefones celulares, sem a necessidade de intervenção de operador externo.
- Privilegiado ou Irrestrito: Aplica-se aos ramais que poderão efetuar automaticamente qualquer chamada local, DDD e DDI, através da discagem do código de acesso.

2.37. Categorização de ramais por serviço: Cada ramal poderá ser atribuído a grupo de categorização de serviço. Os grupos de serviços poderão ser criados pelo administrador e categorizados em função das facilidades permitidas. A criação, apagamento, atribuições de facilidades, retiradas de facilidades dos grupos poderá ser feita pelo administrador do sistema, através do Sistema de Gerência.

2.38. Estacionamento de chamadas: Usuário poderá estacionar pelo menos 2 (duas) chamadas, permitindo que ele ou qualquer outro usuário do grupo possa capturar novamente.

2.39. Rota de Transbordo: Deverá permitir a operação com rota de transbordo.

2.40. Identificação do usuário: Deverá permitir o cadastramento dos nomes dos usuários internos, de modo que, quando um ramal chamar um ramal analógico, digital ou IP, deverá ser mostrado o nome do usuário que está chamando, mesmo antes da ligação ser atendida.

2.41. Captura de chamadas: Deverá possuir a facilidade de captura de chamadas para ramais de um mesmo grupo.

2.42. Rechamada em ocupado: Deverá possuir a facilidade realização de rechamada automática em caso de ocorrência de ramal ocupado (assim que o ramal ocupado tiver terminado a chamada atual, se estabelecerá uma conexão ao aparelho que efetuou a

chamada).

2.43. Rechamada em Não Responde: Deverá possuir a facilidade de rechamada quando o ramal chamado não responder, até o momento em que o usuário do ramal chamado utilizar o ramal novamente a central inicializa uma chamada para o usuário chamador.

2.44. Cadeado eletrônico: Deverá permitir a habilitação ou desabilitação de chamadas do ramal de usuário para efeito de realização de chamadas, através de senha.

2.45. Senha móvel: O usuário poderá efetuar uma ligação externa em qualquer ramal da rede, através do uso de sua senha pessoal e a ligação será tarifada em seu ramal de origem.

2.46. "Warn line/Hot line": Após a retirada do monofone do gancho deste ramal especial, caso não haja marcação de nenhum dígito dentro de um tempo pré-programável, a Central telefônica deverá automaticamente providenciar o estabelecimento da conexão com um destino pré-estabelecido.

2.47. Toques distintos: Deverá possuir recursos para toques distintos para chamadas internas ou externas.

2.48. Consulta de chamadas: Deverá permitir consulta de chamadas externas (entrada e saída) e chamadas internas.

2.49. Transferência: Deverá permitir a facilidade de transferência para chamadas entrantes e saintes.

2.50. Redirecionamento de chamadas: deverá permitir o redirecionamento (siga-me) de chamadas internas e externas, de modo que determinados ramais possam ser categorizados para permitirem o desvio de chamadas do ramal para um ramal ou telefone distinto (inclusive externo).

2.51. Chamada em espera: Deverá permitir que uma chamada possa ser colocada em modo de espera, com música.

2.52. Não perturbe: Deverá permitir a programação, por ramal, para que o mesmo não receba chamadas.

2.53. Rediscagem: Deverá possuir o recurso de memorização do último número chamado, com possibilidade de programação de teclas nos aparelhos analógicos e digitais para rediscagem do último número externo chamado.

2.54. Recurso de Chefe-Secretária: A central deverá permitir configurar ramais digitais com recurso de chefe secretária considerando as características mínimas a seguir:

Possibilidade de mais de uma secretária por chefe
Todas as secretárias podem transferir direto para o chefe.

Possibilidade de mais de um chefe por secretária.

Visualização no telefone do chefe que a secretária está em conversação e vice-versa.
Possibilidade da secretária realizar a retenção de pelo menos 2 (duas) chamadas entrantes.

Deverão possuir sinalização acústica ou visual de uma segunda ligação, interna ou externa.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA VOIP

2.55. O Serviço de voz sobre IP (VoIP) deverá utilizar protocolo IP para transporte e entrega da Voz, de forma digital, através de um módulo interno a central.

2.56. Deverá possuir de forma integrada comutação TDM e VoIP (Voz sobre IP) com as seguintes aplicações:

Ramais IP: Deverá suportar a utilização de aparelhos telefônicos e softphones através da rede LAN e por protocolo SIP e/ou proprietários.

Troncos IP: Deverá suportar a integração entre as centrais telefônicas através do protocolo SIP ou H.323.

2.57. O gateway interno deverá possuir no mínimo uma interface RJ-45 10/100BaseT e as seguintes características:

Suportar o QoS (qualidade de serviço) segundo padrão IEEE 802.1p, TOS, RFC 2474 DiffServ;

Suportar VAD (Voice Activity Detection)

Suportar cancelamento do eco Segundo padrão G.165 ou G.168;

Suportar o padrão IEEE 802.1q;

Suportar o envio de fax através do padrão T38;

Suportar o protocolo Secure Real Time Transport Protocol (RSTP);

Suportar os protocolos de autenticação PAP, CHAP, MS-CHAP

Possuir o "buffer" dinâmico para compensação da variação de atraso (jitter);

Possuir criptografia das conversações (payload e sinalização) tanto de ramal IP como de interligação IP, todas no padrão AES com chave de no mínimo 128 bits;

Suportar os Codecs de compressão segundo padrão G.711 e G.722

3. EQUIPAMENTOS TERMINAIS DE LINHA

Os telefones digitais e IPs descritos abaixo deverão ser do mesmo fabricante do PABX.

3.1. CARACTERÍSTICAS DOS TELEFONES DIGITAIS

Utilização de interfaces (2B+D);

Alimentação a partir da central;

Interligação a um par de fios;

Capacidade de, pelo menos, 24 (doze) teclas de funções programáveis, independente do número de teclas de funções fixas;

Mostrador de cristal líquido, alfa-numérico, com capacidade mínima de 3 linhas e 24 caracteres por linha;

Operação "chefe-secretária";

Conversação em Viva-voz full duplex;
Estabelecimento de ligações sem retirada do monofone do gancho;
Visualização no display das chamadas recebidas, não atendidas e efetuadas.

3.2. CARACTERÍSTICAS DOS TELEFONES IPs

Capacidade de, pelo menos, 12 (doze) teclas de funções programáveis, independente do número de teclas de funções fixas;
Suportar DHCP, IEEE 802.1q, DiffServ; TOS, SNMP;
Suportar codificação e compressão conforme padrão G.711, G.722;
Possuir duas portas 10/100 RJ-45, uma para ligar no switch e outra para ligar no microcomputador;
Suportar Power over Ethernet, conforme padrão IEEE 802.3af;
Conversação em Viva-voz full duplex;
Estabelecimento de ligações sem retirada do monofone do gancho;
Deverá possuir porta exclusiva para conexão com Headset;
Deverá possuir caso necessário fonte externa para alimentação própria 110 v.
Mostrador de cristal líquido, alfa-numérico, com capacidade mínima de 1 linhas e 16 caracteres por linha

3.3. CARACTERÍSTICAS DO FONE DE CABEÇA P/ MESA DE TELEFONISTA E TELEFONE DIGITAL

Fone de cabeça c/ haste flexível e microfone com cancelador de ruído.

3.4. CARACTERÍSTICAS DA MESA DE TELEFONISTA

A mesa operadora (telefonista) deverá possuir as seguintes características e facilidades:

Consulta.

Consulta pendular.

Transferência de chamadas para ramais com ou sem ruído.

Transferência de chamadas de entrada por operadora.

Retenção de chamadas quando não for possível às telefonistas expedi-las imediatamente.

Discagem abreviada, para os mesmos números abreviados do sistema acessíveis pelos ramais.

Utilização de fone de cabeça.

Serviço noturno.

Intercalação em linhas ocupadas, com toque de aviso antecipado.

Display alfa-numérico que possibilite a indicação das seguintes informações:

Data e hora;

Número do ramal discado;

Número do assinante externo discado;

Número de chamadas em espera separado por externa e interna;

A mesa visualizará ramais desviados, destino inacessível, condição do ramal durante a chamada, chamadas ainda na atendidas e status de alarme do sistema.

Chamada em série. Permitir que uma chamada externa de entrada possa ser

encaminhada, através da telefonista, a outros ramais assim que o ramal chamado anteriormente conclua sua ligação.

A mesa operadora deverá permitir a identificação do número chamador externo.

Deverão ser apresentados catálogos, descritivos e/ou manuais com fotos ilustrativas, em português (conforme legislação em vigor) para comprovação do atendimento deste item.

4. SISTEMA DE SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

4.1. Deve ser fornecido e instalado um sistema de suprimento de energia elétrica para cada central telefônica.

4.2. O sistema de suprimento de energia elétrica ser dimensionado para atender o consumo inicial das centrais telefônicas.

4.3. O sistema de suprimento de energia elétrica deve ser composto dos conjuntos de baterias acumuladoras, mantidas em flutuação por retificadores estáticos, com regulagem automática e tensão nominal de saída de -48 VCC com positivo conectável à massa.

4.4. Os retificadores devem possibilitar a recarga completa das baterias.

4.5. O sistema de suprimento de energia elétrica deve garantir, no caso de falha no fornecimento de energia em corrente alternada, a operação do equipamento por 3 (três) horas ininterruptas, supondo-se a carga correspondente à da hora de maior movimento (HMM) das centrais telefônicas.

5. SISTEMA DE TARIFAÇÃO E BILHETAGEM AUTOMÁTICAS EM REDE

5.1. Deve ser fornecido e instalado um software de tarifação e bilhetagem automática no formato Windows.

5.2. Programa de observação de dados de tráfego que possibilite medição e registro diários, em forma de relatórios específicos para análise de custos, ocupação dos troncos e ramais, ocupação das mesas operadoras, tempo de atendimento, avaliação da carga de serviço em períodos pré-determinados.

5.3. Programa de identificação dos seguintes parâmetros das chamadas de saída efetuadas através dos troncos unidirecionais e bidirecionais, com emissão de relatórios programáveis.

Número do assinante chamado (quando aplicável).

Número do ramal que originou a chamada;

Data da chamada;

Hora da chamada;

Duração da chamada.

5.4. Deverão ser indicadas as seguintes características relativas ao sistema de tarifação e bilhetagem automáticas:

CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA
ESTADO DE SÃO PAULO

28

Descrição do “hardware” necessário a implementação do sistema;
 Facilidades oferecidas pelo sistema.

5.5. O sistema deve possibilitar as facilidades de bilhetagem de entrada, bilhetagem interna e bilhetagem de rede.

6. SISTEMA DE ATENDIMENTO DIGITAL AUTOMÁTICO

6.1. Deverá ser fornecido 01 (um) sistema de Atendimento Digital Automático com no mínimo 4 canais de atendimento, com as seguintes características mínimas:

Uso de memória flash;
 Gerenciamento remoto por meio de um ramal telefônico;
 Mudança de mensagem por pré-programação de hora e data;
 Permitir a criação de menus e sub-menus de atendimento.

7. DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

7.1. A CONTRATADA deverá fornecer a CONTRATANTE, 01 (uma) via da documentação técnica necessária a manutenção e operação do sistema.

7.2. Toda a documentação técnica fornecida pela CONTRATADA deverá ser redigida em língua portuguesa ou inglesa.

7.3. A documentação a ser fornecida pelo proponente contratado deve permitir a completa e rápida compreensão de todo o sistema, oferecer plenas condições para sua operação/manutenção e proporcionar total autonomia para repará-lo, alterá-lo e adaptá-lo a diferentes configurações.

7.4. Toda a documentação técnica a ser fornecida pelo proponente contratado deve possuir identificação da data e do número de emissão (versão) do documento.

7.5. A documentação deve abranger todos os equipamentos fornecidos.

2	23	UN	Aparelhos Prop. Digital (8CO, 1 Linha, Viva-Voz, DxDP, FoneOuvido) compatível com a central PABX
Aparelhos Prop. Digital (8CO, 1 Linha, Viva-Voz, DxDP, Fone Ouvido) compatível com a central PABX, nas cores grafite ou branca.			
3	3	UN	Aparelhos Prop. Digital (24CO, 3 Linhas, Viva-Voz, DxDP, Fone Ouvido) compatível com a PABX
Aparelhos Prop. Digital (24CO, 3 Linhas, Viva-Voz, DxDP, Fone Ouvido) compatível com a central PABX, nas cores grafite ou branca.			
4	1	UN	Instalação do PABX, Jumiamento dos Ramais e Troncos, TestesFinais até o DG, Treinamento aos Usuários, Programação
Valor da Mão de Obra para Instalação do PABX, Jumiamento dos Ramais e Troncos, Testes Finais até o DG, Treinamento aos Usuários, Programação das facilidades e			

Monitoramento online.

ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL Nº 138/2013

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO

1.1 – AQUISIÇÃO DE CENTRAL PABX, APARELHOS PROP DIGITAL, MÃO DE OBRA, TREINAMENTO AOS USUÁRIOS E PROGRAMAÇÃO para a Câmara de Vereadores de Piracicaba, conforme especificações constantes do Anexo I.

2 – JUSTIFICATIVA

2.1 - A solicitação se justifica para melhorar o sistema de telefonia da Casa de Leis.

3 – DA PROPOSTA

3.1 - A proposta de preço deverá conter a discriminação detalhada dos equipamentos, marca/modelo, quantidade solicitada, o valor unitário, valor total, prazo de vencimento da proposta e prazo para entrega e instalação dos equipamentos, prazo de garantia conforme especificado no Anexo I, bem como número da conta corrente, agência e nome do banco do fornecedor e demais exigências contidas no item 4.2. do Edital.

4 – PRAZO DE ENTREGA

4.1 - A(s) empresa(s) vencedora(s) da licitação deverão entregar e instalar os equipamentos em até 30 (trinta) dias após a notificação da homologação/adjudicação do processo licitatório.

5 – PAGAMENTO

5.1 - Os pagamentos serão efetuados após a respectiva entrega dos equipamentos, acompanhado de Nota Fiscal/Fatura discriminada de acordo com a Nota de Empenho, após conferência do produto por um funcionário a ser indicado pelo Departamento Administrativo e Financeiro desta Casa de Leis.

5.2 - O pagamento será creditado em favor do Fornecedor, por meio de ordem bancária, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência,

30

CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA
ESTADO DE SÃO PAULO

localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá até **15** (quinze) dias corridos após a entrega e instalação mediante a aceitação e atesto das Notas Fiscais/Faturas.

5.3 - Poderá ser procedida consulta "ON LINE" junto aos órgãos competentes antes do pagamento a ser efetuado ao Fornecedor, para verificação da situação do mesmo, relativamente às condições exigidas na contratação, cujos resultados serão impressos e juntados aos autos do processo próprio.

5.4 - Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Câmara de Vereadores de Piracicaba em favor do Fornecedor. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

6 – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

6.1 - O recebimento dos equipamentos será acompanhado e fiscalizado pelo servidor designado para este fim, representando a Câmara de Vereadores de Piracicaba.

7 - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

São obrigações do Fornecedor:

7.1. Entregar os equipamentos nas seguintes condições:

7.1.1. Entregar o objeto desta licitação em sua totalidade;

7.1.2. Entregar os equipamentos e fazer as instalações em até 30 (trinta) dias após a notificação da homologação do certame.

7.1.3. Arcar com todas e quaisquer despesas, tais como transporte, entrega no local determinado pelo Departamento Administrativo e Financeiro, encargos sociais, seguros, tributos diretos e indiretos, incidentes sobre o fornecimento do objeto;

7.1.4. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas durante todo o processo desta licitação;

7.2. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega dos equipamentos, incluindo as entregas feitas por transportadoras;

7.3. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Câmara de Vereadores até o término e adjudicação dos itens do Pregão;

CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA ³¹

ESTADO DE SÃO PAULO

7.4. Substituir imediatamente todos os equipamentos entregues em desacordo com o Edital e/ou com defeitos, por outros que estejam dentro das exigências do Edital. Ficando suspenso o pagamento à empresa vencedora, após notificação por escrito, até que seja sanada a situação;

8 - RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

São obrigações da Câmara de Vereadores:

8.1. Proporcionar todas as facilidades para que a licitante vencedora possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições estipuladas neste Edital.

8.2. Rejeitar, no todo ou em parte, os equipamentos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela licitante vencedora.

8.3. Fiscalizar a qualidade dos equipamentos a serem entregues, bem como sua instalação.

8.4. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

9 – DAS SANÇÕES

9.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão Presencial, a Câmara de Vereadores de Piracicaba poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às licitantes vencedoras as seguintes sanções:

I – advertência;

II - multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido no edital, até o máximo de **15%** (quinze por cento) sobre o valor dos equipamentos não entregues, recolhida no prazo máximo de **15** (quinze) dias corridos, após a comunicação oficial;

III - multa de **20%** (vinte por cento) sobre o dos equipamentos, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de **15** (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao contratante pela não execução parcial ou total do contrato;

9.2 - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até **05** (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa, enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a Vencedora que ensejar o retardamento da execução do objeto desta compra, não

CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA ³²

ESTADO DE SÃO PAULO

mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da compra, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

9.3 - As sanções previstas nos inciso I e subitem 9.2 deste item poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos "II" e "III", facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de **05** (cinco) dias úteis;

9.4 - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, (quando for o caso), além da perda desta, responderá a empresa Vencedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente;

9.5 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas na Câmara de Vereadores de Piracicaba, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

10 – DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 - Será de inteira responsabilidade da empresa fornecedora a troca a qualquer tempo dos equipamentos que não atendam a necessidade da Câmara de Vereadores.

10.2. - A Nota de Empenho da despesa terá força de contrato, conforme prevê o art. 62, da Lei nº 8.666/93.

11 - DA ENTREGA E RECEBIMENTO

11.1 - A empresa vencedora do Pregão deverá entregar os equipamentos na Câmara de Vereadores de Piracicaba, situada à Rua Alferes José Caetano, nº 834, neste Município de Piracicaba, Estado de São Paulo e deverá cumprir as seguintes condições:

11.1.1 - A entrega dos equipamentos e sua instalação deve ser concluída em até 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação da homologação do processo licitatório.

11.1.2- O recebimento que trata o item acima, far-se-á mediante recibo;

11.1.3 - Dar prioridade aos pedidos da Câmara de Vereadores, tendo em vista problemas que possam surgir como a falta das peças e componentes;

33

CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA
ESTADO DE SÃO PAULO

11.1.4. - No caso dos equipamentos serem entregues em desacordo aos itens acima, o mesmo será devolvido e deverá ser substituído imediatamente por outro de acordo com o edital;

11.1.5. - Entregar os equipamentos somente com ordem de fornecimento a ser comunicado pelo Departamento Administrativo e Financeiro da Câmara de Vereadores de Piracicaba num prazo de entrega a ser estabelecido pelo mesmo Departamento.

Piracicaba, 05 de dezembro de 2013.

Maria Lucia da Silva Rodrigues

Kátia Garcia Mesquita
Pregoeiras Oficiais da Câmara de Vereadores

CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA
ESTADO DE SÃO PAULO

34

ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL Nº 138/2013

PLANILHA DE PREÇOS (Modelo)

Lote	Qtde	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unit.	Valor Total
1	1	UN	CENTRAL PABX			
<p>CENTRAL PABX</p> <p>ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</p> <p>LOCALIDADE: 1</p> <p>1. Central Telefônica</p> <p>A Central telefônica CPCT CPA-T deverá estar equipada na seguinte capacidade mínima:</p> <p>Portas para ramais analógicos; Portas para ramais digitais; Portas para ramais IP para unidades remotas; Portas para troncos analógicos bidirecionais; Portas para troncos digitais, em feixe 2Mbits – Conexão operadoras; Links PCM 30 canais para conexão com CPCT CPA-T – interligação com PABX remotos via fibra ótica; Aparelhos telefônicos analógicos multifrequenciais; Aparelhos telefônicos digitais, conforme item 3.1; Aparelhos telefônicos IP, conforme item 3.2; Mesa telefonista, conforme item 3.5; Fones de cabeça para Telefone digital conforme item 3.3 Fones de cabeça para Mesa Telefonista, conforme item 3.3 Bases discadoras analógicas com fone de cabeça incorporado, conforme item 3.4 Sistema de suprimento de energia elétrica conforme item 4; Modem externo para manutenção remota;</p>						

CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA
ESTADO DE SÃO PAULO

35

<p>Material de montagem do lado da central Telefônica; E ainda deverão ser fornecidos os seguintes sistemas: 01 Sistema único de tarifação e bilhetagem em rede conforme item 5; 01 Módulo para conexão do PABX ao sistema de anúncio de som ambiente; 01 Sistema de Atendimento Digital Automático, conforme item 6; 01 Treinamento específico para PABX proposto, com certificado de conclusão de curso.</p> <p>2. Disposições Gerais</p> <p>2.1. Fazem parte da presente especificação, no que forem aplicáveis, as normas dos fabricantes, bem como as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) bem como o equipamento deve estar devidamente homologado junto a ANATEL. Os equipamentos e serviços deverão atender obrigatoriamente a presente especificação.</p> <p>2.2. Todos os equipamentos a serem fornecidos devem ser necessariamente novos.</p> <p>2.3. Deverá apresentar arquitetura modular de forma que não haja bloqueio na comunicação dos diferentes módulos. Os módulos de periferia e comando na central ofertada deverão ser exclusivos para esta função, não sendo aceita soluções que utilizem módulos baseados em placas de terceiros ou baseados em plataforma de PC mesmo que utilizem placas próprias.</p> <p>2.4. Será aceito a subcontratação para serviços de operação assistida, durante o período de contrato, ficando a CONTRATADA responsável pelo fiel cumprimento das obrigações relativas à garantia de funcionamento do sistema.</p> <p>Especificação Técnica da Central Telefônica</p> <p>2.5. Deverá comportar capacidade final de no mínimo 1.100 (somatório do número de ramais analógicos, ramais digitais, ramais IP, troncos analógicos, troncos digitais e troncos IP). Esta capacidade deve ser atingida pelo simples acréscimo de gabinetes e bastidores, módulos e cartões, para qualquer um dos módulos, não sendo admitidas ampliações baseadas na substituição dos equipamentos inicialmente fornecidos e nem acoplamentos de várias centrais, ou seja, deve existir um</p>			
---	--	--	--

CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA
ESTADO DE SÃO PAULO

36

<p>único módulo central de processamento para sua capacidade inicial e final (02 - E1 (Linhas Digitais) / 16 - Troncos Analógicos / 192 - Ramais Comuns / 32- Ramais Digitais / Manutenção Remota / Atualização SOMA Full para Soma Gestão IP / Sistema Correio Voz com Placa Lan 04 Canais / atendimento digital gravação./ 02 - Kit de bateria / 23 - Aparelhos Prop. Digital (8CO, 1 Linha, Viva-Voz, DxDP, Fone Ouvido) compatível com a central PABX / nas cores grafite ou branca / 03- Aparelhos Prop. Digital (24CO, 3 Linhas, Viva-Voz, DxDP, Fone Ouvido) compatível com a central PABX, nas cores grafite ou branca) .</p> <p>2.6. Suportar protocolo CSTA ou TAPI para integração CTI (Computer and Telephone Integration).</p> <p>2.7. O sistema deverá suportar para o entroncamento as seguintes sinalizações:</p> <ul style="list-style-type: none">• MFC R2 Digital;• ISDN (RDSI) PRI e BRI;• E+M analógico;• Troco Analógico;• QSIG (ETSI);• SIP. <p>2.8. Deverá permitir a facilidade (DDR), sem o uso de “hardware” externo adicional.</p> <p>2.9. Deverá obedecer ao que estabeleçam as Práticas TELEBRÁS 220-600-705 Emissão 3 (Especificações gerais – Centrais Privadas de Comutação Telefônica CPCT Tipo PABX CPA), no que diz respeito às características funcionais básicas e às características técnico-operacionais, e 220-600-726 Emissão 1 (Especificações de requisitos Mínimos de CPCT-RDSI), e aos demais normativos citados no texto que se segue, no que forem aplicáveis.</p> <p>2.10. Deverá empregar tecnologia digital conforme Prática TELEBRÁS 225-100-706.</p> <p>2.11. Deverá permitir a implementação dos novos serviços e a compatibilização com as facilidades da RDSI, por simples ampliação ou complementação do “hardware” e/ou “software”, sem necessidade de substituição dos equipamentos já instalados.</p> <p>2.12. Deverá suportar gerenciamento e administração</p>			
---	--	--	--

CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA
ESTADO DE SÃO PAULO

37

<p>através de terminais locais e de forma centralizada utilizando-se acessos discados a rede LAN/WAN.</p> <p>2.13. A inserção de cartões ou módulos necessários a eventuais reconfigurações ou expansões, deve ser processado sem interrupção do funcionamento da central.</p> <p>2.14. Deve ser possível a inserção ou a extração de qualquer cartão ou módulo com equipamento em funcionamento normal sem que isso possa causar danos ou falhas devido a transitórios da alimentação.</p> <p>2.15. A eventual inserção de um cartão ou módulo em um "slot" que não lhe seja correspondente não deverá causar danos àqueles componentes ou a central.</p> <p>2.16. Permitir música de espera para chamadas retidas pelo operador, e quando em processo de consulta e transferência entre ramais deverá ser fornecida no mínimo um módulo de música sintetizada a cada sistema.</p> <p>2.17. O sistema deve possuir memória de massa não volátil ou volátil, para recarga automática do sistema, quando necessário.</p> <p>2.18. Deve garantir sigilo absoluto nas comunicações através de seus circuitos.</p> <p>2.19. Deverá possuir interface de ramais analógicos (a/b) e interfaces de ramais digitais 2B+D através de um único par de fios.</p> <p>2.20. A interface de ramal analógico (a/b) deverá permitir a utilização de telefone analógico padrão, através da seleção DTMF e do pulso de seleção, incluindo do fax grupo 3, secretárias eletrônicas, telefones sem fio.</p> <p>2.21. Deve possibilitar a utilização indistinta de aparelhos telefônicos decádicos ou multifrequenciais, sendo que todas as facilidades do sistema, exceto aquelas específicas para aparelhos digitais e IPs, devem ser acessadas por qualquer tipo de aparelho telefônico, decádico ou multifrequencial.</p> <p>2.22. Deve possibilitar o uso de rotas analógicas ou digitais. Deverá ser possível, para todos os troncos e interligações, a utilização de feixe de tronco/rota alternativa, caso a rota principal esteja congestionada.</p>			
--	--	--	--

CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA
ESTADO DE SÃO PAULO

38

<p>2.23. Deverá ter implementada a característica de seleção e acesso a Rota de Menor Custo (“LCR – Least Cost Route”). Entende-se por Rota de Menor Custo a capacidade do sistema de permitir/bloquear o acesso de cada usuário às rotas principais/alternativas, bem como estabelecer prioridade na ocupação de rotas. Tal como prioridade/permissão de acesso pode variar de usuário para usuário e também modificar-se ao longo do dia, ou ao longo da semana.</p> <p>2.24. Deve ter capacidade de processamento de 32 Bits, ou seja, a Unidade Central de Processamento (CPU) deve possuir processador de 32 Bits.</p> <p>2.25. Deverá possuir padrão 10/100 BaseTX, que possibilite a bilhetagem, manutenção e administração.</p> <p>2.26. A solução proposta deverá permitir a interligação entre centrais, através do protocolo IP, compartilhando infra-estrutura de transmissão de dados, sem a necessidade de hardware específico para protocolos de voz (como E1, E&M, ISDN...) nos equipamentos ativos da rede de dados.</p> <p>2.27. Deverão possibilitar a utilização de troncos analógicos bidirecionais – troncos executivos – com numeração diferenciada, tais que, as chamadas a eles dirigidas sejam automaticamente encaminhadas a ramais específicos.</p> <p>2.28. Deverá prover todo o leque de facilidades específicas abaixo, sem que o acréscimo de facilidades venha provocar qualquer prejuízo ao desempenho da central Telefônica.</p> <p>FACILIDADES DOS RAMAIS</p> <p>2.29. Sistema de numeração: deverá possuir plano de numeração flexível, com possibilidade de programação de pelo menos 4 (quatro) dígitos.</p> <p>2.30. Identificação de chamadas: deverá permitir a realização da identificação de chamadas internas e externas do tipo BINA (B identifica A) em ramais analógicos e digitais. Caso não tenha suporte à identificação de chamadas em ramais analógicos, deverão ser fornecidos ramais digitais ou IPs e telefone digitais ou IPs com display.</p>			
--	--	--	--

CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA
ESTADO DE SÃO PAULO

39

<p>2.31. Fonte de música: Deverá possuir entrada para fonte de música ou de mensagens institucionais em espera.</p> <p>2.32. Serviço de conferência: Deverá possuir o serviço de conferência através de terminais digitais , IP ou analógicos, para no mínimo 5 grupos de até 6 usuários por grupo.</p> <p>2.33. Sala de conferência: deverá possibilitar Conferência Programada para até 32 participantes onde é possível participar de uma conferência planejada: no horário e com senhas pré-determinadas para cada participante entrar na sala de conferência. Conferência para até 28 participantes gerenciada por um líder: através de um telefone digital ou IP, o líder convoca até 31 participantes. Ambas as facilidades não deverão necessitar de hardware externo.</p> <p>2.34. Serviço noturno: Deverá permitir a programação do serviço noturno, de forma que as chamadas externas, encaminhadas as operadoras ausentes, sejam automaticamente dirigidas a um ramal ou grupos de ramal pré-determinados.</p> <p>2.35. Bloqueio de chamadas: Deverá ter facilidade para bloqueio de chamada a cobrar por ramal. A implementação da facilidade deverá ser por programação da central, sem uso de "hardware" adicional.</p> <p>2.36. Categorização de ramais por tipo: Deverá possuir no mínimo as seguintes classes de categorização de ramais:</p> <ul style="list-style-type: none">• Restrito: Nesta categoria, os assinantes poderão apenas efetuar chamadas entre os ramais da central. Será impedido, para este ramal, o acesso ao tráfego externo, exceto por transferência ou operação de telefonista ou operadora.• Impedido de acesso ao tráfego DDD, DDI e celular: Compreendem os ramais que permitem acesso apenas a telefones do sistema fixo de comutação. A estes usuários não é permitido o acesso a chamadas de telefones celulares.• Impedido de acesso ao tráfego DDD e DDI: Esta categorização irá permitir a estes ramais os acessos apenas às chamadas locais, incluindo os telefones celulares, sem a necessidade de intervenção de operador externo.			
---	--	--	--

CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA
ESTADO DE SÃO PAULO

40

<ul style="list-style-type: none">• Privilegiado ou Irrestrito: Aplica-se aos ramais que poderão efetuar automaticamente qualquer chamada local, DDD e DDI, através da discagem do código de acesso. <p>2.37. Categorização de ramais por serviço: Cada ramal poderá ser atribuído a grupo de categorização de serviço. Os grupos de serviços poderão ser criados pelo administrador e categorizados em função das facilidades permitidas. A criação, apagamento, atribuições de facilidades, retiradas de facilidades dos grupos poderá ser feita pelo administrador do sistema, através do Sistema de Gerência.</p> <p>2.38. Estacionamento de chamadas: Usuário poderá estacionar pelo menos 2 (duas) chamadas, permitindo que ele ou qualquer outro usuário do grupo possa capturar novamente.</p> <p>2.39. Rota de Transbordo: Deverá permitir a operação com rota de transbordo.</p> <p>2.40. Identificação do usuário: Deverá permitir o cadastramento dos nomes dos usuários internos, de modo que, quando um ramal chamar um ramal analógico, digital ou IP, deverá ser mostrado o nome do usuário que está chamando, mesmo antes da ligação ser atendida.</p> <p>2.41. Captura de chamadas: Deverá possuir a facilidade de captura de chamadas para ramais de um mesmo grupo.</p> <p>2.42. Rechamada em ocupado: Deverá possuir a facilidade realização de rechamada automática em caso de ocorrência de ramal ocupado (assim que o ramal ocupado tiver terminado a chamada atual, se estabelecerá uma conexão ao aparelho que efetuou a chamada).</p> <p>2.43. Rechamada em Não Responde: Deverá possuir a facilidade de rechamada quando o ramal chamado não responder, até o momento em que o usuário do ramal chamado utilizar o ramal novamente a central inicializa uma chamada para o usuário chamador.</p> <p>2.44. Cadeado eletrônico: Deverá permitir a habilitação ou desabilitação de chamadas do ramal de usuário para efeito de realização de chamadas, através de senha.</p> <p>2.45. Senha móvel: O usuário poderá efetuar uma ligação externa em qualquer ramal da rede, através do uso</p>			
--	--	--	--

CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA
ESTADO DE SÃO PAULO

41

<p>de sua senha pessoal e a ligação será tarifada em seu ramal de origem.</p> <p>2.46. “Warn line/Hot line”: Após a retirada do monofone do gancho deste ramal especial, caso não haja marcação de nenhum dígito dentro de um tempo pré-programável, a Central telefônica deverá automaticamente providenciar o estabelecimento da conexão com um destino pré-estabelecido.</p> <p>2.47. Toques distintos: Deverá possuir recursos para toques distintos para chamadas internas ou externas.</p> <p>2.48. Consulta de chamadas: Deverá permitir consulta de chamadas externas (entrada e saída) e chamadas internas.</p> <p>2.49. Transferência: Deverá permitir a facilidade de transferência para chamadas entrantes e saintes.</p> <p>2.50. Redirecionamento de chamadas: deverá permitir o redirecionamento (siga-me) de chamadas internas e externas, de modo que determinados ramais possam ser categorizados para permitirem o desvio de chamadas do ramal para um ramal ou telefone distinto (inclusive externo).</p> <p>2.51. Chamada em espera: Deverá permitir que uma chamada possa ser colocada em modo de espera, com música.</p> <p>2.52. Não perturbe: Deverá permitir a programação, por ramal, para que o mesmo não receba chamadas.</p> <p>2.53. Rediscagem: Deverá possuir o recurso de memorização do último número chamado, com possibilidade de programação de teclas nos aparelhos analógicos e digitais para rediscagem do último número externo chamado.</p> <p>2.54. Recurso de Chefe-Secretária: A central deverá permitir configurar ramais digitais com recurso de chefe secretária considerando as características mínimas a seguir:</p> <p>Possibilidade de mais de uma secretária por chefe Todas as secretárias podem transferir direto para o chefe. Possibilidade de mais de um chefe por secretária. Visualização no telefone do chefe que a secretária está em</p>			
--	--	--	--

CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA
ESTADO DE SÃO PAULO

42

<p>conversaço e vice-versa. Possibilidade da secretária realizar a retenço de pelo menos 2 (duas) chamadas entrantes. Deverão possuir sinalizaço acústica ou visual de uma segunda ligaço, interna ou externa.</p> <p>ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA VOIP</p> <p>2.55. O Serviço de voz sobre IP (VoIP) deverá utilizar protocolo IP para transporte e entrega da Voz, de forma digital, através de um módulo interno a central.</p> <p>2.56. Deverá possuir de forma integrada comutaço TDM e VoIP (Voz sobre IP) com as seguintes aplicaço es:</p> <p>Ramais IP: Deverá suportar a utilizaço de aparelhos telefônicos e softphones através da rede LAN e por protocolo SIP e/ou proprietários. Troncos IP: Deverá suportar a integraço entra as centrais telefônicas através do protocolo SIP ou H.323.</p> <p>2.57. O gateway interno deverá possuir no mínimo uma interface RJ-45 10/100BaseT e as seguintes características:</p> <p>Suportar o QoS (qualidade de serviço) segundo padrão IEEE 802.1p, TOS, RFC 2474 DiffServ; Suportar VAD (Voice Activity Detection) Suportar cancelamento do eco Segundo padrão G.165 ou G.168; Suportar o padrão IEEE 802.1q; Suportar o envio de fax através do padrão T38; Suportar o protocolo Secure Real Time Transport Protocol (RSTP); Suportar os protocolos de autenticaço PAP, CHAP, MS-CHAP Possuir o "buffer" dinâmico para compensaço da variaço de atraso (jitter); Possuir criptografia das conversaço es (payload e sinalizaço) tanto de ramal IP como de interligaço IP, todas no padrão AES com chave de no mínimo 182 bits; Suportar os Codecs de compressão segundo padrão G.711 e G.722</p> <p>3. EQUIPAMENTOS TERMINAIS DE LINHA</p> <p>Os telefones digitais e IPs descritos abaixo deverão ser do mesmo fabricante do PABX.</p> <p>3.1. CARACTERÍSTICAS DOS TELEFONES DIGITAIS</p>			
---	--	--	--

<p>Utilização de interfaces (2B+D); Alimentação a partir da central; Interligação a um para de fios; Capacidade de, pelo menos, 24 (doze) teclas de funções programáveis, independente do número de teclas de funções fixas; Mostrador de cristal líquido, alfa-numérico, com capacidade mínima de 3 linhas e 24 caracteres por linha; Operação “chefe-secretária”; Conversação em Viva-voz full duplex; Estabelecimento de ligações sem retirada do monofone do gancho; Visualização no display das chamadas recebidas, não atendidas e efetuadas.</p> <p>3.2. CARACTERISTICAS DOS TELEFONES IPs</p> <p>Capacidade de, pelo menos, 12 (doze) teclas de funções programáveis, independente do número de teclas de funções fixas; Suportar DHCP, IEEE 802.1q, DiffServ; TOS, SNMP; Suportar codificação e compressão conforme padrão G.711, G.722; Possuir duas portas 10/100 RJ-45, uma para ligar no switch e outra para liga no microcomputador; Suportar Power over Ethernet, conforme padrão IEEE 802.3af; Conversação em Viva-voz full duplex; Estabelecimento de ligações sem retirada do monofone do gancho; Deverá possui porta exclusiva para conexão com Headset; Deverá possuir caso necessário fonte externa para alimentação própria 110 v. Mostrador de cristal líquido, alfa-numérico, com capacidade mínima de 1 linhas e 16 caracteres por linha</p> <p>3.3. CARACTERISTICAS DO FONE DE CABEÇA P/ MESA DE TELEFONISTA E TELEFONE DIGITAL</p> <p>Fone de cabeça c/ haste flexível e microfone com cancelador de ruído.</p> <p>3.4. CARACTERISTICAS DA MESA DE TELEFONISTA</p> <p>A mesa operadora (telefonista) deverá possuir as seguintes características e facilidades: Consulta.</p>			
---	--	--	--

CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA
ESTADO DE SÃO PAULO

44

<p>Consulta pendular. Transferência de chamadas para ramais com ou sem ruído. Transferência de chamadas de entrada por operadora. Retenção de chamadas quando não for possível às telefonistas expedi-las imediatamente. Discagem abreviada, para os mesmo números abreviados do sistema acessíveis pelos ramais. Utilização de fone de cabeça. Serviço noturno. Intercalação em linhas ocupadas, com toque de aviso antecipado. Display alfa-numérico que possibilite a indicação das seguintes informações: Data e hora; Número do ramal discado; Número do assinante externo discado; Número de chamadas me espera separado por externa e interna;</p> <p>A mesa visualizará ramais desviados, destino inacessível, condição do ramal durante a chamada, chamadas ainda na atendidas e status de alarme do sistema. Chamada em série. Permitir que uma chamada externa de entrada possa ser encaminhada, através da telefonista, a outros ramais assim que o ramal chamado anteriormente conclua sua ligação. A mesa operadora deverá permitir a identificação do número chamador externo.</p> <p>Deverão ser apresentados catálogos, descritivos e/ou manuais com fotos ilustrativas, em português (conforme legislação em vigor) para comprovação do atendimento deste item.</p> <p>4. SISTEMA DE SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA</p> <p>4.1. Deve ser fornecido e instalado um sistema de suprimento de energia elétrica para cada central telefônica.</p> <p>4.2. O sistema de suprimento de energia elétrica ser dimensionado para atender o consumo inicial das centrais telefônicas.</p> <p>4.3. O sistema de suprimento de energia elétrica deve ser composto dos conjuntos de baterias acumuladoras, mantidas em flutuação por retificadores estáticos, com</p>			
---	--	--	--

CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA
ESTADO DE SÃO PAULO

45

<p>regulagem automática e tensão nominal de saída de -48 VCC com positivo conectável à massa.</p> <p>4.4. Os retificadores devem possibilitar a recarga completa das baterias.</p> <p>4.5. O sistema de suprimento de energia elétrica deve garantir, no caso de falha no fornecimento de energia em corrente alternada, a operação do equipamento por 3 (três) horas ininterruptas, supondo-se a carga correspondente à da hora de maior movimento (HMM) das centrais telefônicas.</p> <p>5. SISTEMA DE TARIFAÇÃO E BILHETAGEM AUTOMÁTICAS EM REDE</p> <p>5.1. Deve ser fornecido e instalado um software de tarifação e bilhetagem automática no formato Windows.</p> <p>5.2. Programa de observação de dados de tráfego que possibilite medição e registro diários, em forma de relatórios específicos para análise de custos, ocupação dos troncos e ramais, ocupação das mesas operadoras, tempo de atendimento, avaliação da carga de serviço em períodos pré-determinados.</p> <p>5.3. Programa de identificação dos seguintes parâmetros das chamadas de saída efetuadas através dos troncos unidirecionais e bidirecionais, com emissão de relatórios programáveis. Número do assinante chamado (quando aplicável). Número do ramal que originou a chamada; Data da chamada; Hora da chamada; Duração da chamada.</p> <p>5.4. Deverão ser indicadas as seguintes características relativas ao sistema de tarifação e bilhetagem automáticas: Descrição do "hardware" necessário a implementação do sistema; Facilidades oferecidas pelo sistema.</p> <p>5.5. O sistema deve possibilitar as facilidades de bilhetagem de entrada, bilhetagem interna e bilhetagem de rede.</p> <p>6. SISTEMA DE ATENDIMENTO DIGITAL AUTOMÁTICO</p>			
--	--	--	--

CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA
ESTADO DE SÃO PAULO

46

<p>6.1. Deverá ser fornecido 01 (um) sistema de Atendimento Digital Automático com no mínimo 4 canais de atendimento, com as seguintes características mínimas:</p> <p>Uso de memória flash; Gerenciamento remoto por meio de um ramal telefônico; Mudança de mensagem por pré-programação de hora e data; Permitir a criação de menus e sub-menus de atendimento.</p> <p>7. DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA</p> <p>7.1. A CONTRATADA deverá fornecer a CONTRATANTE, 01 (uma) via da documentação técnica necessária a manutenção e operação do sistema.</p> <p>7.2. Toda a documentação técnica fornecida pela CONTRATADA deverá ser redigida em língua portuguesa ou inglesa.</p> <p>7.3. A documentação a ser fornecida pelo proponente contratado deve permitir a completa e rápida compreensão de todo o sistema, oferecer plenas condições para sua operação/manutenção e proporcionar total autonomia para repará-lo, alterá-lo e adaptá-lo a diferentes configurações.</p> <p>7.4. Toda a documentação técnica a ser fornecida pelo proponente contratado deve possuir identificação da data e do número de emissão (versão) do documento.</p> <p>7.5. A documentação deve abranger todos os equipamentos fornecidos.</p>						
2	23	UN	Aparelhos Prop. Digital (8CO, 1 Linha, Viva-Voz, DxDP, FoneOuvindo) compatível com a central PABX			
Aparelhos Prop. Digital (8CO, 1 Linha, Viva-Voz, DxDP, Fone Ouvindo) compatível com a central PABX, nas cores grafite ou branca.						
3	3	UN	Aparelhos Prop. Digital (24CO, 3 Linhas, Viva-Voz, DxDP, Fone Ouvindo) compatível com a PABX			
Aparelhos Prop. Digital (24CO, 3 Linhas, Viva-Voz, DxDP,						

CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA 47
ESTADO DE SÃO PAULO

Fone Ouvido) compatível com a central PABX, nas cores grafite ou branca.						
4		1	UN	Instalação do PABX, Jumptiamento dos Ramais e Troncos, Testes Finais até o DG, Treinamento aos Usuários, Programação		
Valor da Mão de Obra para Instalação do PABX, Jumptiamento dos Ramais e Troncos, Testes Finais até o DG, Treinamento aos Usuários, Programação das facilidades e Monitoramento online.						

ENDEREÇO COMPLETO: _____

TELEFONES/FAX: _____

BANCO: _____ AGÊNCIA Nº: _____ CONTA Nº: _____

E-MAIL: _____

VALIDADE DA PROPOSTA : (Prazo mínimo 60 dias).

PRAZO DE ENTREGA: _____

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: _____

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL
CPF No.

Observação 1 : Demais condições para formulação da *PROPOSTA* constam no item 4.2 do edital.

ANEXO IV

PREGÃO PRESENCIAL Nº 138/2013

DECLARAÇÃO

(NOME DA EMPRESA) _____ CNPJ n.º _____, sediada
(endereço completo) _____, declara, sob as penas da lei, que até a presente data
inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da
obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e Data

(a): _____

Nome e Número da Identidade do declarante

CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA 49
ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO V

MODELO

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

Eu _____ (nome completo), representante legal da Empresa _____ (nome da pessoa jurídica), inscrita no CNPJ/MF ou CPF/MF sob o n.º _____, sediada no(a) _____ (endereço completo), declara, sob as penas da lei, que atende plenamente os requisitos da habilitação presentes no edital do **PREGÃO PRESENCIAL No. 138/2013**, da Câmara de Vereadores de Piracicaba.

Local e data.

Responsável (nome/cargo/assinatura)

(Nome da Empresa)

Obs: Esta declaração deverá vir fora dos envelopes, e será apresentada no momento do credenciamento.

ANEXO VI

MODELO DE PROCURAÇÃO (SUGESTÃO)

O LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR NO ATO DO CREDENCIAMENTO DOCUMENTAÇÃO QUE COMPROVE TOTAIS PODERES PARA PARTICIPAR DO PREGÃO

PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede (Endereço Completo da Matriz), inscrita no CNPJ/MF sob n.º..... e Inscrição Estadual sob n.º....., representada neste ato por seu(s) (Qualificação(s) do(s) Outorgante(s), Sr.(a)(s)....., portador(a) do RG n.º..... e CPF n.º....., nomeia(m) e constitui(em) seu bastante Procurador o(a) Sr.(a)....., Portador(a) da cédula de Identidade RG n.º..... e CPF n.º....., a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante a Câmara de Vereadores de Piracicaba no que se referir ao **PREGÃO PRESENCIAL No. 138/2013** (opcional), com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases da licitação, inclusive apresentar propostas em nome da Outorgante, formular verbalmente novas propostas de preços na(s) etapa(s) de lances, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo, manifestar-se imediata e motivadamente a intenção interpor recurso administrativo ao final da sessão, interpor recurso administrativo, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela pregoeira, enfim praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da Outorgante. A presente procuração é válida até o dia

Por ser verdade, firmamos a presente declaração para que se produza os efeitos legais.

Local e Data.

(Assinatura(s) com firma(s) reconhecida(s) do(s) Outorgante(s) com poderes para este fim conforme Contrato Social da empresa).

A procuração deverá vir acompanhada da documentação necessária para comprovação da validade da mesma.

Obs: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da licitante.

ANEXO VII

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE APTIDÃO PARA RECEBIMENTO DOS
BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06.**

Eu _____ (nome completo), representante legal da
Empresa _____ (nome da pessoa jurídica), inscrita no
CNPJ/MF ou CPF/MF sob o n.º _____, sediada no(a)
_____ (endereço completo), declara, sob as penas da
lei, que está apta a receber os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, neste
Pregão Presencial N.º 138/2013, da Câmara de Vereadores de Piracicaba.

Local e data.

Responsável (nome/cargo/assinatura)

52

CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA
ESTADO DE SÃO PAULO

ATESTADO DE VISTORIA

LOCAL: CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA
ENDEREÇO: RUA ALFERES JOSÉ CAETANO, N.º 834
CENTRO - PIRACICABA - SP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CENTRAL PABX, APARELHOS PROP DIGITAL, MÃO DE OBRA, TREINAMENTO AOS USUÁRIOS E PROGRAMAÇÃO

Atestamos para fins de participação no **PREGÃO PRESENCIAL N.º 138/2013**, promovido pela Câmara de Vereadores de Piracicaba, que o Sr....., R.G. n.º, representante da empresa, esteve neste local em, reconhecendo o local de instalação do equipamento.

REPRESENTANTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA

NOME COMPLETO:
CARGO: